



Redução de gastos no Senado já atingiu R\$ 154,9 milhões

Para Renan Calheiros, a Casa está no caminho certo e vai seguir em frente na missão legislativa e fiscalizadora, com a racionalização dos custos internos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu em discurso à reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que aponta aumento de gastos da Casa com servidores comissionados.

Renan disse que o

programa de redução de despesas é um sucesso e já gerou economia de R\$ 159,4 milhões entre fevereiro e setembro. Segundo ele, a meta é economizar R\$ 300 milhões até 2014.

O senador também destacou as medidas de transparência adotadas na Casa. **3**

Em Plenário, Renan Calheiros recebe apoio de senadores às medidas de racionalização de custos da Casa



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comandantes militares relatam falta de recursos

Em audiência pública conjunta, comandantes das Forças Armadas apontaram diferença de R\$ 13,6 bilhões entre necessidades e o projeto de Orçamento para 2014. **7**

Senadores e deputados discutem com os militares a necessidade de aumentar os gastos com a área de defesa



Marcos Oliveira/Agência Senado

Direito de greve dos servidores será discutido com sindicatos **3**

Relator sugere que Plano Nacional de Educação vire lei de responsabilidade **5**

No Dia do Radialista, Dilma assina migração de rádios AM para FM **2**

Crimes brutais não param de crescer, informa anuário de segurança **6**

Professor sueco debate avaliação de políticas públicas no ILB **4**



Leitine Martins/Secom-MT

Projeto que isenta trator de licenciamento recebe apoio

Iniciativa, muito elogiada ontem em debate, estende a máquinas agrícolas as isenções de licenciamento e registro já concedidas a veículos bélicos. **8**

Isenção de taxas para trator e máquina agrícola está prevista em projeto debatido pela Comissão de Agricultura



Renan Calheiros participou da cerimônia, no Planalto, de assinatura do decreto de adaptação das rádios AM para FM

Senadores saúdam mudança para emissoras de rádio

Decreto presidencial que permite a migração da faixa de AM para a de FM era antiga reivindicação dos radiodifusores, que aproveitarão novos recursos como acesso via celulares e interatividade

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem ao lado da presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto da cerimônia de assinatura de decreto que permite a migração de rádios AM para FM. A medida, tomada no Dia do Radialista (7 de novembro), visa melhorar a qualidade do áudio das transmissões de rádio, diminuindo ruídos e interferências, e ainda possibilitando o acesso por telefones celulares e tablets via internet.

A mudança atende uma antiga solicitação dos radiodifusores e o setor espera que as rádios AM recuperem a audiência. Essas emissoras foram prejudicadas não só por causa das interferências no sinal de transmissão, como também porque não podem ser sintonizadas por dispositivos móveis, como celulares ou aparelhos mais modernos. A faixa FM possui cobertura

com maior qualidade de transmissão, o que explica o gradual desinteresse na continuidade da prestação do serviço de AM. Atualmente 1.772 emissoras operam na frequência AM no país e estão divididas de acordo com o alcance: local, regional ou nacional.

Repercussão

No Plenário, José Pimentel (PT-CE) manifestou esperança de que a migração melhorará a qualidade do serviço. Ele lembrou a importância do rádio pela ampla cobertura e pela relação de confiança com o ouvinte.

— O rádio é ouvido por mais de 70% da sociedade. Com a migração da faixa AM para a FM, passaremos a ter uma comunicação de mais qualidade — avaliou.

Pimentel cumprimentou as entidades representativas das emissoras, em especial a Asso-

ciação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), pelo trabalho desenvolvido com o Ministério das Comunicações, que tornou possível a migração das emissoras. O senador salientou a importância do rádio no interior do Brasil e a função social — em certo período, complementar à dos Correios, conforme frisou — na transmissão de mensagens a comunidades distantes.

Walter Pinheiro (PT-BA) também comemorou a decisão em Plenário.

— No dia de hoje houve mais um passo significativo para alterar a estrutura de comunicação do país, permitindo a transformação das rádios AM em rádios FM — disse Pinheiro.

O senador explicou que a mudança não significará o fim das emissoras FM, que vão poder continuar operando normalmente.

Ordem do dia é encerrada sem votações por acordo de líderes

Ruben Figueiró (PSDB-MS), que presidia a sessão, abriu e encerrou a ordem do dia de ontem sem votações em cumprimento a acordo de líderes partidários, que decidiram adiar para terça-feira a conclusão da análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22A/2000. A PEC do Orçamento Impositivo torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria fonte de financiamento estável para a saúde pública. O texto base da PEC foi aprovado na terça-feira, em primeiro turno, por 62 a 9 votos.

Falta analisar emenda de Cícero Lucena (PSDB-PB), que propõe a aplicação progressiva de um percentual da receita corrente líquida na saúde — em 2014 seriam aplicados 15% e, em 2017, 18%. Para ser aprovada, a emenda precisa de 49 votos. A PEC ainda terá de passar por mais um turno de votação, com o intervalo de três sessões de discussão, prazo que pode ser quebrado se houver entendimento entre as lideranças.

Renan convoca sessão do Congresso para 19 de novembro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou a realização da próxima sessão do Congresso Nacional, convocada para o dia 19 de novembro, às 19h30, no Plenário da Câmara. Está programada a votação de seis vetos presidenciais, que devem ser analisados sempre na terceira terça-feira de cada mês. A última votação aconteceu no dia 15 de outubro, quando foram mantidos cinco vetos referentes a propostas que trataram de planos de carreira do Executivo.

Também está na pauta o relatório final sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PLN 2/2013), aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 24 de outubro. A LDO estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo federal. Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas.

Programa da TV Senado discute publicidade de alimentos infantis

A publicidade de alimentos é apontada como uma das principais causas do excesso de peso de crianças e adolescentes no país. Uma em cada três crianças está acima do peso e 15% estão obesas, segundo o IBGE. Segundo pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), 96% dos alimentos divulgados em comerciais infantis não são saudáveis.

No Congresso, há vários projetos sobre o assunto. Alguns estabelecem restrições, como a proibição de anúncio de alimentos com excesso de sódio, açúcar e gordura. Outra proposta proíbe todo tipo de propaganda voltada para crianças até 12 anos de idade. Para os representantes de organismos de proteção à infância, toda propaganda voltada para crianças é

abusiva, já que o público infantil é considerado vulnerável aos apelos comerciais. De outro lado, representantes de empresas e do mercado publicitário defendem que qualquer tipo de proibição pode representar censura à liberdade de expressão.

Afinal, é preciso definir regras mais rigorosas para a propaganda direcionada às crianças? O Estado deve interferir ou é responsabilidade exclusiva da família decidir a que a criança pode ou não ter acesso? São essas questões que o programa *Repórter Senado*, que estreia amanhã na TV Senado, tenta responder com a ajuda de vários especialistas. O programa será exibido amanhã, às 12h30 e 22h30, com reprise no domingo, às 9h e às 17h.



André Menegatti/SC

Segundo UnB, 96% dos alimentos divulgados para crianças não são saudáveis

Cremação é tema de reportagem especial na Rádio Senado

É cada vez maior o número de brasileiros que, em vez de serem enterrados, preferem a cremação. No entanto, as leis que tratam dos procedimentos para que um corpo seja cremado são dos anos 70.

Um projeto que tramita no Senado adapta as regras ao século 21. O texto, de Sérgio Souza (PMDB-PR), cria normas mais claras para a cremação.

Os desafios enfrentados

para atualizar a legislação do setor e também o panorama do tema, ainda tabu para muitos, serão apresentados na reportagem "Das cinzas às cinzas: uma discussão sobre a cremação no Brasil", do jornalista Ricardo Westin.

A matéria vai ao ar na Rádio Senado hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e domingo, às 17h. Acesse também em: www.senado.leg.br/radio.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h Sem votação de matérias, a sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente do Senado apresentou números da racionalização dos custos internos, afirmando que a Casa está no caminho certo e vai seguir na missão legislativa e fiscalizadora

Renan destaca economia de R\$ 159,4 milhões

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, apresentou ontem um balanço dos resultados do programa de racionalização de custos adotado pela atual Comissão Diretora do Senado. Ao responder a uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, que aponta o aumento de gastos da Casa com servidores comissionados, o parlamentar disse que o programa de redução de despesas é um sucesso e já gerou economia de R\$ 159,4 milhões entre fevereiro e setembro deste ano.

— Para demonstrar que não somos perdulários e que o Senado não é irresponsável, basta ver que, até setembro deste ano, utilizamos apenas 67% do nosso orçamento anual. Os números são públicos e constam do relatório administrativo detalhado e que está disponível a todo cidadão, a qualquer momento, no Portal da Transparência. Não se trata, portanto, de propaganda ou marketing



Um ofício com os valores cortados pelo Senado foi enviado ao jornal, diz Renan

político-administrativo. São medidas reais, em vigor, verificáveis por quem quer que seja — afirmou.

Segundo o presidente do Senado, a meta é economizar R\$ 300 milhões no biênio 2013-2014. Atualmente, 82% do orçamento do Senado é consumido com pessoal, 14% são destinados a custeio e apenas 2% vão para investimentos. Daí, disse Renan Calheiros, o rigor com o controle dos gastos

com mão de obra. Ele lembrou que foram extintas 613 funções comissionadas, o que gerou economia de R\$ 6,5 milhões. As nomeações foram proibidas durante o ano de 2013 e mais de 160 cargos foram bloqueados.

Renan informou que o Senado conta com 2.991 servidores efetivos, que são concursados, e 3.241 comissionados, os quais, segundo ele, trabalham tanto quanto os efetivos.

— O relevante é o custo

desses servidores. A simples relação entre a quantidade de efetivos ou comissionados não guarda nenhuma relação com a economia que estamos efetivamente implementando. Os 2.291 efetivos custaram, entre janeiro e setembro, R\$ 1,8 bilhão, 88% dos gastos. Já os 3.241 comissionados, R\$ 258,3 milhões — afirmou.

De acordo com o presidente, as despesas com pessoal do Senado são de 0,41% da receita corrente líquida (RCL), abaixo,

portanto, do limite autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 0,86%. Segundo ele, com os cortes nos gastos de pessoal, a economia do Senado até setembro foi de R\$ 117,5 milhões. Se forem incluídos os cortes nos contratos com terceirização, o valor ultrapassa R\$ 120 milhões.

O presidente do Senado explicou que, além de esclarecer aos senadores, enviou um ofício ao jornal com os números.

Redução de gastos



Transparência possibilita acesso a números

Renan Calheiros aproveitou para enumerar uma série de medidas de racionamento adotadas pela Casa, com destaque para o fim do contrato do serviço de clipping de notícias (R\$ 1,5 milhão de economia), a suspensão da distribuição de kits de informática para câmaras municipais (R\$ 6,8 milhões), a redução de gastos com passagens aéreas (R\$ 1,1 milhão), o fim do 14º e do 15º salário dos parlamentares (R\$ 4,3 milhões), a suspensão ou o corte de contratos de terceirização (R\$ 4,2 milhões) e a redução de gastos com material de consumo (R\$ 4,4 milhões).

O presidente lembrou também do imediato cumprimento pelo Senado da decisão do Tribunal de Contas da União que determinou o corte dos

salários dos servidores acima do teto constitucional, o que deve gerar economia de R\$ 1,3 milhão ao ano.

— Foi o Senado que pediu ao tribunal de contas a auditoria de sua folha de pagamento. Auditoria que resultou no acórdão deste ano.

O reforço da transparência nas atividades do Senado também foi destacado no discurso. O parlamentar sublinhou que foram instalados recentemente a Secretaria da Transparência e o Conselho de Transparência, com a participação de integrantes da sociedade civil.

Além disso, no Portal da Transparência, foram incluídos os salários dos servidores aposentados e dos ex-parlamentares, bem como o detalhamento completo

dos serviços contratados com verba indenizatória.

— Todos os dados estão acessíveis a todos a qualquer hora. Só não estão no portal aquelas informações legalmente protegidas por sigilo — afirmou.

O presidente destacou os avanços no campo legislativo neste ano, citando propostas importantes aprovadas pelos senadores, como a expansão dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos, o Estatuto da Juventude, a destinação dos royalties do petróleo à educação e à saúde, a análise de vetos presidenciais, o oferecimento obrigatório de cirurgia de reconstrução de mama pelo SUS e a discriminação dos tributos nas notas fiscais de produtos e serviços.

Senadores apoiam medidas de economia e elogiam funcionários

Em apartes, senadores elogiaram as medidas de racionalização tomadas pela Comissão Diretora e a alta qualificação dos servidores do Senado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) classificou todas as medidas de “extremamente positivas” e a senadora Ana Amélia (PP-RS) lembrou que todos os 22 funcionários do gabinete dela são comissionados, mas sem qualquer vínculo partidário.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), por sua vez, disse que os cargos comissionados são próprios da atividade política, visto que o parlamentar precisa contar com pessoas de confiança e que compartilhem as mesmas ideias.

Ao falar sobre o enxugamento

de gastos, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a denunciar os altos preços das passagens aéreas pagas pelo Senado. Segundo ele, a Casa desembolsou R\$ 17 mil por um bilhete para o México, encontrado por ele na internet por pouco mais de R\$ 4 mil.

— Temos que jogar duro com isso. Quando se mexe num vespeiro, as vespas se alvoroçam, e o senhor corre o risco de tomar picadas, mas terá o nosso apoio — disse Requião a Renan Calheiros.

Em resposta, o presidente do Senado informou que os gastos com passagens estão sendo reduzidos, mas não é tarefa fácil devido à necessidade de estabelecer um critério o mais transparente possível para servidores e parlamentares.

Sindicatos vão opinar sobre direito de greve dos servidores

O relator da minuta de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, Romero Jucá (PMDB-RR), deve reunir-se segunda-feira com representantes das oito maiores centrais sindicais para discutirem possíveis mudanças na proposta. O relatório parcial do senador será analisado dia 20 pela Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, que não alcançou quórum ontem. A minuta prevê apresentação de projeto de lei que será examinado pela Câmara e depois

pelo Senado. Caso aprovada, a regulamentação será aplicada aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para municípios, estados e União.

A proposta proíbe greve nas Forças Armadas, polícia militar e corpo de bombeiros militar, exigindo que os demais profissionais de segurança atuem com 80% do contingente. Define 22 categorias essenciais, as quais, em caso de paralisações, ao menos 60% dos trabalhadores devem continuar em atividade. Prevê multas diárias para sindicatos que descumprirem decisões e



Relator, Jucá explica que não cabe à comissão discutir formas de negociação

determina que ações judiciais sobre greve de servidores sejam consideradas prioritárias, atrás apenas de habeas corpus e mandados de segurança.

A proposta é classificada de autoritária pelos sindicatos, que afirmam ser preciso antes garantir o direito à negociação coletiva. Jucá discorda.

— Eles querem discutir uma forma de o governo negociar coletivamente com os servidores, como fazem categorias do setor privado. Mas essa é uma questão que não cabe aqui, pois estamos regulamentando a Constituição. É uma pauta entre o governo e os sindicatos — afirmou o senador.

Criada em março por ato dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, a comissão mista tem o objetivo de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição de 1988.

ILB discute avaliação de políticas públicas

Especialista europeu fala sobre a nova fase de acompanhamento da eficácia das ações governamentais em seminário promovido em parceria com a Universidade de Brasília

A MODERNIZAÇÃO NA avaliação das políticas públicas, que consistem no conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução de problemas da sociedade, foi tema de workshop realizado ontem pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

Os participantes tiveram a oportunidade de ouvir e trocar ideias com um dos maiores especialistas em avaliação de programas na Europa e um dos avaliadores mais experientes em políticas públicas e programas governamentais, Evert Vedung, ex-presidente da Comissão de Avaliação de Políticas Públicas da União Europeia. Ele falou sobre as principais teorias e abordagens recentes sobre o tema e explicou as quatro ondas de difusão da avaliação.

De acordo com o professor, as políticas públicas podem ser comparadas às ondas, que,



Professor de uma universidade sueca, Vedung (3º à esq) defende princípio segundo o qual "o que importa é o que funciona"

indo e vindo, deixam sedimentos para trás. Ele explicou que, em cada camada, é possível, com tempo e planejamento, alcançar as metas desejadas.

A primeira é a onda científica, explicou Vedung, e se aplica aos acadêmicos. Eles devem testar, por meio de dois grupos de experimentação, os meios adequados para alcançar objetivos definidos

externamente, reconhecendo subjetivos.

A segunda seria um contraponto à primeira e consiste na avaliação participativa, e não experimental, com informações provenientes de usuários, operadores, gestores e outras partes interessadas, por meio de discussões.

Essa onda foi comparada pelo professor Paulo Calmon,

do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília, com a elaboração da Constituição de 1988, em razão da participação popular que ocorreu durante a Constituinte, que este ano completa 25 anos.

A terceira onda apresentada é a neoliberal, voltada para a orientação de mercado, com foco na eficiência, na

influência do cliente sobre as políticas elaboradas e no critério de produtividade, considerando os resultados em comparação aos custos.

Por último, estaria a onda baseada em evidências, exemplificada no slogan "O que importa é o que funciona". Nela, os métodos de avaliação abrangem a hierarquia que é construída de acordo com a experimentação.

Para Vedung, os estudos experimentais acadêmicos existem para subsidiar a tomada de decisão. Ele defende que as intervenções devam ser baseadas em evidências que funcionam. Da mesma forma que ocorre com as pessoas que planejam o futuro, que fazem experiências e comparam os objetivos alcançados com as metas previstas para que possam ter um critério de eficácia das ações executadas, as políticas públicas precisam ser avaliadas para descobrir o que realmente funciona.



Figueiró propõe exploração de forma comunitária, como kibutzes israelenses

Ruben Figueiró sugere novo modelo para economia indígena

Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou ontem do governo um marco regulatório sobre terras indígenas. Ele disse que o governo "anda empurrando com a barriga" esse grave problema.

— É deplorável o quadro de políticas governamentais para o setor — disse o senador.

Figueiró afirmou que há "fabricação artificial" de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), com o apoio de organismos internacionais, e citou os recorrentes impasses entre índios e não índios, principalmente por conta de propriedades rurais. Ele afirmou que, só em Mato Grosso do Sul, há 42 áreas de conflito.

O senador sugeriu um modelo de exploração comunitária para os índios, como os kibutzes israelenses. Ele lembrou que a maioria das comunidades indígenas poderiam ser adaptadas para modelos mais prósperos, uma vez que apenas as tribos amazônicas ainda usariam a caça e a pesca como únicos recursos de manutenção.

Capiberibe cobra transparência nos gastos do TCE do Amapá

Falando ontem no Plenário, João Capiberibe (PSB-AP) acusou o Tribunal de Contas do Amapá (TCE-AP) de criar despesas sem aprovação da assembleia legislativa e de ter um orçamento várias vezes maior que o necessário para o funcionamento.

— [Desde 1994] esse tribunal já desviou, jogou pelo ralo, aplicou mal em torno de R\$ 1 bilhão — declarou.

Segundo Capiberibe, em 2012 o Tribunal de Contas do Amapá teve um gasto acima de R\$ 60 milhões — quatro vezes mais do que deveria gastar, recursos que seriam capazes de prover abastecimento de água e esgoto para 100% dos amapaenses. Ele pediu ao TCE esclarecimentos sobre os gastos e disse que pretende notificar o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se não obtiver resposta. O senador frisou que casos semelhantes ocorrem em todo o Brasil e que o Senado precisa exercer a responsabilidade de fiscalizar os gastos públicos.



De acordo com o senador, tribunal gastou R\$60 milhões em 2012



Senadora também parabenizou os radialistas brasileiros pelo seu dia

Vanessa Grazziotin comemora sucesso da produção de tablets

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a produção de tablets na Zona Franca de Manaus. De acordo com a imprensa, disse a senadora, a produção já passou de 1,7 milhão de unidades este ano. Ela lembrou que o sucesso foi possível graças à isenção tributária definida pela Medida Provisória (MP) 534/2011. A senadora recordou que a medida sofreu inúmeras críticas à época, mas que agora mostra ser acertada. Segundo Vanessa, o grande aumento na produção tem ajudado a crescer o número de empregos e também na arrecadação do estado do Amazonas.

Ela também parabenizou os radialistas pelo dia da categoria, comemorado em 7 de novembro.

— A região que represento, a região amazônica, talvez seja onde mais se ouve rádio no país, devido às suas peculiaridades geográficas — disse, informando que pesquisa recente mostrou que 75% dos brasileiros ouvem rádio diariamente.

João Vicente percorre Piauí para prestar contas do mandato

João Vicente Claudino (PTB-PI) informou que tem percorrido o Piauí para prestar contas de sete anos de mandato e discutir com a população as expectativas para a atuação dele nos próximos meses. Nas viagens, o senador passou pelo Açude de Bocaina, que, segundo ele, está com 20% da capacidade.

— É uma situação alarmante. Temos que buscar junto ao governo federal recursos para que possamos auxiliar aquela população com o problema da água — afirmou.

O estrangulamento do Aeroporto de Teresina também preocupa o senador. Ele explicou que o terminal foi construído para receber até 600 mil passageiros ao ano e hoje passa de 1,1 milhão. Para João Vicente, a melhor opção seria incluir o aeroporto no programa de concessões.

— Aí, se coloca a opção para a iniciativa privada construir um aeroporto que dê aos passageiros a segurança, o conforto e o respeito necessários.



Senador destaca que Aeroporto de Teresina opera além da capacidade



Senador teme que o governo brasileiro perca o controle sobre o banco

Requião critica aumento de capital estrangeiro no Banco do Brasil

Roberto Requião (PMDB-PR), em discurso na quarta-feira, declarou surpresa com o decreto que elevou para 30% a participação de estrangeiros no capital ordinário do Banco do Brasil. No requerimento de informações que apresentou sobre a medida, o senador atacou o aprofundamento da privatização de uma instituição lucrativa e o desvirtuamento da condição de banco oficial.

— Trata-se de uma forma disfarçada de permitir que adentre no Brasil capital meramente especulativo, que somente gerará uma transitória elevação de nossas reservas cambiais — afirmou.

Para Requião, que considerou o decreto nulo por falta de justificativa, o aumento da participação de estrangeiros não corresponde a um crescimento do montante de recursos do Banco do Brasil. Ele teme que o banco saia das mãos do Estado brasileiro e opinou que, ao privatizar petróleo, rodovias e aeroportos, o governo busca acenar para a "direita" e evitar o surgimento de uma oposição.

Alvaro Dias defende penalização dos gestores que não cumprirem as metas do Plano Nacional de Educação, objeto de proposta debatida em comissão do Senado

Relator quer responsabilidade educacional

APESAR DE ADMITIR resistências no Congresso, o relator do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012) na Comissão de Educação e Cultura (CE), Alvaro Dias (PSDB-PR), deseja transformá-lo em Estatuto da Responsabilidade Educacional. O senador abordou o assunto novamente ontem, durante a sétima e última audiência pública da CE sobre o assunto, presidida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— Definir que vamos reparar 10% do PIB [produto interno bruto] para a educação, e não responsabilizar ninguém se isso não ocorrer, é apresentar ao país uma farsa. É preciso ver o que poderíamos fazer em relação aos gestores na União, nos estados e municípios pelo não cumprimento das metas estabelecidas — argumentou Alvaro Dias.



A sétima e última audiência pública sobre o PNE reuniu senadores, como Cyro Miranda e Alvaro Dias (D), e educadores

Para o professor Naercio Menezes Filho, representante do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), não será tarefa fácil impor a responsabilização dos gestores públicos pelo descumprimento do PNE.

— Vai ser difícil penalizar prefeitos e governadores com algumas metas muito ambiciosas e outras muito fáceis

de serem atingidas. Em vez de penalização, seria melhor transferir mais recursos para estados que atingirem as metas. Isso funciona como incentivo para os estados progredirem mais — sugeriu.

Cristovam Buarque (PDT-DF) discordou da proposta de Menezes, defendendo a intervenção da União onde as

ações educacionais previstas não foram realizadas.

— Se punir, sem intervir, as crianças das comunidades com prefeitos ruins para a educação vão ser sacrificadas — ponderou o senador.

Inclusão

O relator também criticou, acompanhado da educadora

Guiomar Mello, o número excessivo de metas (20) do PNE. Guiomar reclamou também que a proposta não oferece mecanismos para implementação e avaliação.

— É o vício de querer tudo ao mesmo tempo já — criticou, apoiando a sugestão do professor do Insper de vincular a distribuição dos recursos ao alcance das metas.

A educadora criticou também a universalização do atendimento pela rede regular de ensino aos alunos de 4 a 17 anos com deficiência. A exemplo do presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), ela discordou da adoção de uma medida radical na área, que desconsidera o trabalho das instituições de atendimento educacional especializado, como as Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Senador defende economista que fez declaração “infeliz” sobre PNE

Ao final da audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu o economista e especialista em educação Claudio de Moura Castro. Ele foi alvo de “pesadíssima” carta de repúdio, assinada por 37 entidades do setor, contra uma afirmação

“infeliz”, segundo Cristovam: “Já que todo mundo botou um negócio no plano [PNE], um artiguinho, eu quero propor um artiguinho no plano: um bônus pras caboclinhas de Pernambuco e do Ceará se conseguirem casar com os engenheiros estrangeiros, porque aí eles ficam, aumenta o capital

humano no Brasil. Aumenta a nossa oferta de engenheiros. Todo mundo pôs, eu também quero pôr”.

— Foi uma brincadeira de mau gosto, que ele reconheceu depois [em nota de desculpas], mas não justifica a violência que fizeram contra ele, a nota tão dura tentando

desqualificar a parte positiva de sua fala — argumentou Cristovam, observando que nenhum dos presentes à audiência em que a declaração foi dada protestou na ocasião.

A defesa pública de Moura Castro também foi apoiada pela educadora Guiomar Namor de Mello e por Aloysio

Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— Infelizmente, isso [a crítica das entidades] deve-se ao grau de intolerância que está permeando os debates públicos. Nós temos verdadeiros *black blocs* do politicamente correto e isso é absolutamente lamentável — afirmou o senador.

Cristovam Buarque alerta para a violência nas escolas

O Brasil está assustado com os *black blocs*, quando devia se preocupar mais com a violência nas escolas, disse ontem Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador citou ocorrências, como os tiroteios entre traficantes e policiais no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, que impediram que 2.500 alunos tivessem aula na última semana de outubro.

Ele acrescentou que, além desse tipo de problema, que se repete por todo o país, a violência invadiu as salas de aula, como aconteceu numa escola de Contagem (MG), onde as aulas foram suspensas porque um aluno tentou bater na professora. Em São Paulo, uma pesquisa deste ano mostrou que 44% dos professores sofreram algum tipo de violência em sala de aula, além dos inúmeros casos de violência entre os próprios alunos, afirmou Cristovam.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eunício Oliveira ressalta benefícios do Bolsa Família

Em discurso ontem, Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que o Programa Bolsa Família, do governo federal, retirou da extrema pobreza 36 milhões de pessoas em dez anos de existência. O senador ressaltou que o desenvolvimento de um país está ligado diretamente à justiça social e à eliminação das desigualdades regionais.

Eunício disse que, além da garantia de renda, que também contribuiu para aquecer a economia dos pequenos municípios, o que ele considera fundamental, especialmente nas localidades mais carentes, o Bolsa Família tem reflexos positivos nas áreas da saúde e da educação.

— Segundo padrões internacionais, é o programa que consegue o maior resultado, em termos de redução da pobreza e de retorno à economia, com o menor custo possível — salientou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lúcia Vânia defende uso de conceito de trabalho escravo do Código Penal

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem em Plenário a manutenção, no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57A/1999, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, do conceito de trabalho escravo contido no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (Lei 7.209/1984).

De acordo com a parlamentar, a preservação do conceito de trabalho escravo do artigo 149, bem como da maneira pela qual o Ministério Público do Trabalho vem interpretando as expressões “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” contidas no dispositivo, são fundamentais para garantir não apenas a liberdade dos trabalhadores brasileiros, mas também a dignidade humana.

— É necessário que se mantenha a punição para quem desrespeita a dignidade do trabalhador brasileiro — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy pede maior presença do Estado em reintegrações de posse

Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou, em discurso ontem, uma maior participação do Estado em casos de reintegração de áreas invadidas. O senador disse ter a impressão de que o desrespeito aos direitos humanos parece estar generalizado em órgãos de segurança em vários estados.

Suplicy citou o caso da área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), onde foram registrados atos de violência durante a retirada dos cerca de 7 mil habitantes, na reintegração de posse, em janeiro do ano passado.

O senador disse que, hoje, alguns policiais estão respondendo inquérito e informou que, à época, pediu aos governos estadual e federal a proteção aos moradores.

— Excessos como esse mostram que é preciso mudança de comportamento na corporação — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cícero Lucena cobra aumento de recursos federais para a saúde

Cícero Lucena (PSDB-PB) cobrou ontem um compromisso da Casa pela saúde pública na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 22A/2000) do Orçamento Impositivo, prevista para a próxima terça-feira.

O senador defendeu a aprovação da emenda que propõe aumento escalonado na participação da União no financiamento da saúde, argumentando que essa é uma reivindicação do povo e o governo tem recursos para o cumprimento da medida.

Segundo a emenda, o governo federal deverá elevar gradualmente sua despesa com saúde para 16%, 17% e 18% da receita corrente líquida. Cícero citou a coincidência da reivindicação do Movimento +Saúde, que reuniu 1,8 milhão de assinaturas em apoio aos 18%, com o projeto que apresentou em 2012.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Homicídios e estupro crescem muito no país

Aumento no número de crimes está acompanhado de um crescimento da desconfiança da população em relação à atuação das forças policiais, afirma *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*

DEDICADA A ENCONTRAR soluções para a segurança pública no país, a Comissão Especial de Segurança Pública criada pelo Senado começa o trabalho quase que simultaneamente à divulgação do 7º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, segundo o qual, entre 2011 e 2012, os homicídios cresceram 7,8% e os estupros, 18,17%.

Divulgado anteontem, o relatório mostra também um quadro de desconfiança da população em relação à polícia, que tem “padrões operacionais inaceitáveis de letalidade e vitimização”, ou seja, policiais matam e morrem em número muito acima do considerado razoável. “Não bastasse isso, os dados também indicam que o nosso sistema de segurança é ineficiente, paga mal aos policiais, tem baixas

taxas de esclarecimentos de delitos e precárias condições de encarceramento”, diz o relatório.

Reformas

A avaliação dos autores do anuário é de que as instituições policiais não têm experimentado “reformas significativas nas estruturas”. Eles cobram do Congresso uma atuação mais decisiva, afirmando que os parlamentares têm “dificuldades para fazer avançar uma agenda de reformas imposta pela Constituição”, que, 25 anos depois de promulgada, ainda tem diversos artigos sem regulamentação, “abrindo margem para enormes zonas de sombra e insegurança jurídica”. Como exemplos, o relatório cita as atribuições concorrentes entre as instituições que cuidam da

segurança pública e as competências das instituições que devem garantir a ordem pública, ainda não regulamentadas. O documento menciona ainda como exemplo das dificuldades do Congresso a obstrução, no início deste ano, da votação do projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Financiamento

O anuário mostra também que o Brasil aumentou em quase 16% os gastos em 2012 sem que os resultados melhorassem. “Não é pouco dinheiro, ainda mais se considerarmos que o produto interno bruto (PIB) cresceu apenas 0,9% em 2012. A questão, porém, é onde e de que modo esses recursos estão sendo gastos”, questiona Renato Lima, coordenador do anuário.

Total de homicídios e estupros

A taxa de homicídios dolosos no país cresceu 7,8% em um ano. Entre os estados com melhor qualidade de dados, os que tiveram maior aumento foram Ceará (32%), Goiás (28,4%) e Acre (24%). O número de estupros subiu 18,17% e os estados com as maiores taxas de estupro por grupo de 100 mil habitantes são Roraima, Rondônia e Santa Catarina

	2011	2012
Homicídios	43.366	47.136
Estupros	42.482	50.617

Despesas com segurança pública

O anuário estima que cerca de 40% do valor investido é gasto com aposentados e inativos — despesas que, na realidade, são de seguridade social, e não de segurança pública (em R\$ bilhões)

	2011	2012
Policimento	18,90	17,55
Defesa civil	2,15	2,56
Informação e inteligência	10,49	10,88
Outros	31,19	40,09
TOTAL	52,75	61,10

Percepção da população

Em 2012, 1.890 pessoas foram mortas em confronto com policiais em serviço (média de 5,3 pessoas por dia). Nos Estados Unidos, a média foi pouco superior a uma pessoa por dia e apenas 12% da população não confia na polícia. No Brasil, o risco de um policial morrer assassinado é três vezes maior que o de um cidadão comum

	2012	2013
Confiável	38,5%	29,9%
Não confiável	61,5%	70,1%

Fonte: 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública



Policiais brasileiros matam e morrem muito mais do que é considerado razoável em operações policiais, diz relatório

Rolleberg critica o governo do Distrito Federal



“A capital da República está sem governo.” A afirmação é de Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), que apresentou ontem números do 7º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, mostrando a queda na qualidade dos serviços de segurança do Distrito Federal, entre eles, um aumento de 9,9% de mortes violentas intencionais entre 2011 e 2012. Foram 761 em 2011 e 836 em 2012.

— Quero fazer um comparativo com Pernambuco, estado governado pelo PSB, que, no mesmo período, e segundo os dados do mesmo anuário, reduziu os índices de homicídio em 6,5% — disse.

O senador ainda fez críticas aos serviços de saúde, informando que houve um acréscimo de 1.305% nos registros de casos de dengue entre 2012 e 2013.

Petecão pede valorização dos soldados da borracha



Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu ontem uma maior valorização dos chamados soldados da borracha, homens enviados para a Floresta Amazônica na década de 40 para desbravar a região e extrair borracha para os Estados Unidos. Petecão informou que a cineasta Eva Neide, uma acriana

de Feijó, filha de um soldado da borracha que mora nos Estados Unidos, está fazendo um documentário sobre a saga da borracha na região amazônica.

O senador também registrou a chegada ao Senado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2013, vinda da Câmara dos Deputados, que prevê uma indenização aos soldados da borracha.

— Espero que, aqui no Senado, possamos fazer justiça com esses verdadeiros guerreiros — disse.

Amorim registra Congresso de Anestesiologia em Sergipe



Eduardo Amorim (PSC-SE) registrou, na quarta-feira, a realização do Congresso Brasileiro de Anestesiologia, de 9 a 13 deste mês, em Aracaju.

Ele elogiou os esforços da Sociedade de Anestesiologia de Sergipe para realizar pela primeira vez no estado o congresso brasileiro da especialidade.

Amorim informou que serão mais de 3 mil anestesiológicos do Brasil e do mundo que deverão participar do evento.

O senador referiu-se a situação econômica por que passa Sergipe. Segundo ele, na área da saúde há um caos, com falta de equipamentos nos hospitais públicos. No setor de segurança pública, houve uma grande redução de policiais militares, o que provocou um acentuado aumento da criminalidade no estado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ana Amélia lamenta falta de recursos para as Forças Armadas

A senadora Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem que as Forças Armadas brasileiras estejam recebendo poucos recursos do governo, chegando ao ponto de faltar dinheiro para o custeio de atividades rotineiras, como a alimentação dos militares.

Ana Amélia comentou a audiência pública, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica apontaram a carência de recursos para gastos correntes e estratégicos das corporações.

— As Forças Armadas são garantidoras da integridade nacional, da defesa do território, da preservação das nossas milhas marítimas, da nossa extensa fronteira. E nós não podemos tapar os olhos para essas carências — assinalou.



Ana Amélia acha alarmantes os números do orçamento das Forças

Paim espera votação de renegociação de dívidas para este mês

Paulo Paim (PT-RS) manifestou, na quarta-feira, esperança de que o projeto que altera as normas para renegociação das dívidas de estados e municípios possa ser votado ainda este mês. Segundo Paim, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que a matéria — aprovada na Câmara em 23 de outubro — será votada na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e submetida ao Plenário sem demora.

O senador relatou conversa com o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, sobre o projeto, e definiu como fundamental para seu estado a mudança do indexador das dívidas.

— Seria uma dívida impagável, mas, com o novo acordo, pagaremos a dívida total do Rio Grande até 2018 — declarou.



Paim espera rápida aprovação da renegociação das dívidas estaduais



Comandantes das Forças Armadas falam da escassez de recursos em audiência presidida por Ricardo Ferraço (3º à dir.)

Forças apontam “furo” de R\$ 13,6 bi no orçamento

Audiência conjunta das Comissões de Defesa Nacional da Câmara e do Senado permitiu aos parlamentares discutir os efeitos das restrições orçamentárias enfrentadas pelas Forças Armadas

A CARÊNCIA DE recursos para gastos estratégicos das Forças Armadas foi debatida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, em audiência conjunta com a comissão homônima da Câmara dos Deputados. Os comandantes da Marinha, almirante de esquadra Julio Soares de Moura Neto; do Exército, general de exército Enzo Martins Peri; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito, participaram do encontro.

Em nota técnica encaminhada à comissão, os militares relatam um cenário de extrema penúria e apontam uma diferença de aproximadamente R\$ 13,6 bilhões entre o que as três Armas avaliam como o mínimo necessário para 2014 e os

recursos previstos na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso. O programado soma cerca de R\$ 16,2 bilhões, enquanto as necessidades superam R\$ 29,8 bilhões.

Na nota, os militares afirmam que os recursos são insuficientes até mesmo para o custeio das atividades de rotina, como a manutenção de equipamentos, e ficam muito distantes de atender os projetos que fazem parte da Estratégia Nacional de Defesa.

Ao chegar, o comandante da Marinha informou que a força foi contemplada com cerca de R\$ 5 bilhões, enquanto o adequado seria pelo menos R\$ 7 bilhões. Entre as prioridades, Julio Soares de Moura Neto citou projetos dos Programas Amazônia Azul e de

Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), considerados essenciais na estratégia de defesa marítima, inclusive em razão dos interesses nacionais na área do pré-sal.

O Prosub, que prevê a construção de quatro submarinos convencionais e outro de propulsão nuclear, foi mencionado no início da reunião pelo presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele observou que o programa desenvolvido em parceria com o governo francês também inclui uma unidade de fabricação de estruturas metálicas e um complexo de estaleiro e base naval, onde os navios serão mantidos e apoiados, em Itaguaí (RJ).

Segundo ele, o acordo para a construção dos cinco submarinos é emblemático. Destacou a expertise da Marinha francesa na construção de cascos capazes de resistir a altas profundidades. Já a parte nuclear, que inclui o reator de propulsão, uma tecnologia já dominada pela Marinha do Brasil, está sob a responsabilidade de engenheiros brasileiros.

— O Prosub significa de fato um divisor de águas e um marco de extraordinárias consequências para a indústria de defesa nacional, graças aos importantes avanços em termos de cooperação tecnológica que poderá proporcionar — disse Ferraço.

A audiência com os comandantes das Forças Armadas foi solicitada por diversos integrantes da comissão. Nos últimos dias, alguns já se pronunciaram com o objetivo de alertar para as restrições orçamentárias enfrentadas pelo setor, como o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Em Plenário, na semana passada, ele disse temer que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não consigam fazer investimentos que os mantenham em um “patamar mínimo de operacionalidade”.

Comandantes pedem mais recursos para programas prioritários

Os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha solicitaram ontem aos membros das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara o apoio a emendas parlamentares que permitam a continuidade dos programas estratégicos das Forças Armadas. Eles querem garantir a inclusão, no Orçamento da União de 2014, dos recursos considerados minimamente necessários ao desenvolvimento dos projetos prioritários.

Na exposição inicial, o secretário-geral do Ministério da Defesa, Ari Matos Cardoso, informou que a previsão total de recursos no projeto de Orçamento de 2014 para o ministério é de R\$ 72,8 bilhões — 4,2% do total do Orçamento federal. Excluídos os gastos com pessoal, no entanto, a dotação cai para R\$ 19,6 bilhões, ou

1,8% do total do Orçamento. E, do montante destinado à Defesa, apenas 11,6% são para novos investimentos.

Durante o debate, o Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que a CRE deverá desenvolver os melhores esforços “para aumentar a capacidade financeira das Forças Armadas”. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), atualmente presente apenas em Mato Grosso do Sul, chegue em breve à região amazônica. Sérgio Petecão (PSD-AC) ressaltou a necessidade de as Forças Armadas contarem com lanchas mais velozes para combater o tráfico de drogas nos rios da Amazônia. Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a preparação profissional dos integrantes das Forças Armadas.

Randolfe comemora aprovação de incentivo a bicicletas

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou em Plenário, na quarta-feira, a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto de lei de autoria dele (PLS 262/2013) que incentiva o uso de bicicletas como meio de transporte nas cidades. O texto, além de conceituar o sistema cicloviário, prevê a aquisição, pelas prefeituras, de bicicletas públicas para uso compartilhado dos cidadãos.

Randolfe lamentou que, enquanto os tributos totais cobrados na produção de carros populares no Brasil alcança atualmente 32% do preço final, para as bicicletas os impostos chegam a 40,5% em média. Tal excesso de tributação faz com que as bicicletas fabricadas no Brasil, explicou, estejam entre as mais caras do mundo.



Randolfe critica excesso de taxaço sobre bicicletas no Brasil

Anibal afirma que Bolsa Família é marca do governo do PT

O senador Anibal Diniz (PT-AC) disse não ter entendido o que levou o senador Aécio Neves (PSDB-MG) a apresentar um projeto (PLS 448/2013) para assegurar em lei a transferência de dinheiro do governo federal para o Programa Bolsa Família.

Anibal elencou alguns aspectos da justificativa do projeto de Aécio Neves, entre eles, que a proposta seria necessária para garantir a continuidade do Bolsa Família. Além disso, seria importante que o programa se torne menos vulnerável à vontade de governantes e à manipulações políticas e eleitorais.

— Como se não soasse também ligeiramente eleitoreira a proposição vinda de um possível candidato ao Planalto em 2014 — criticou o senador petista.



Anibal questiona intenções de projeto sobre o Bolsa Família



Presidente da comissão, Benedito de Lira (C) coordena debate com representantes do setor agropecuário e de transportes

Senadores apoiam fim do registro para tratores

Em audiência, produtores acusaram de arrecadatória a exigência de licenciamento de máquinas agrícolas nos departamentos de trânsito. Senadores apoiaram isenção, prevista em projeto da Câmara

O PROJETO DE Lei da Câmara 57/2013, que estende aos veículos automotores utilizados na atividade agrícola as mesmas isenções de licenciamento anual e registro já concedidas aos veículos de uso bélico, deverá ser aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Isso ficou evidente durante audiência pública, ontem, no colegiado.

Senadores e representantes de entidades que congregam produtores e trabalhadores rurais concordaram com o fato de que a obrigatoriedade de licenciamento e emplacamento de máquinas agrícolas automotoras, como tratores e colheitadeiras, gera mais custos aos produtores rurais, desnecessariamente, podendo inclusive prejudicar a produção agrícola.

— Se depender da CRA, o projeto vai ser aprovado. A resolução onera e tira a renda do produtor. Essa é a grande preocupação dos parlamentares que têm compromisso

com esse setor que é o motor da economia brasileira — disse Ana Amélia (PP-RS), relatora da proposta na comissão.

A obrigatoriedade do registro de tratores e máquinas agrícolas que transitam nas vias públicas está prevista no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997). Em julho, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) resolveu suspender, até 31 de dezembro de 2014, a exigência de emplacamento para esses veículos. A medida havia sido determinada pelas Resoluções 429 e 434, editadas, respectivamente, em 2012 e 2013.

Arrecadação

Na opinião do autor do projeto, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), a exigência de emplacamento é meramente arrecadatória, uma vez que as máquinas agrícolas permanecem a maior parte do tempo dentro das propriedades rurais.

O representante da Organização das Cooperativas Brasi-

leiras (OCB), Paulo César Dias, também alega que as máquinas só trafegam fora dos limites das propriedades em casos de emergência ou para fazer compras eventuais.

Levantamento feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) aponta que o produtor rural poderá ter uma despesa adicional entre R\$ 500 e R\$ 1 mil por máquina agrícola, o que pode ser ainda maior para equipamentos com valores superiores a R\$ 80 mil.

Para Blairo Maggi (PR-MT), a obrigatoriedade de emplacamento é uma tentativa de “extorsão do agricultor”. Waldemir Moka (PMDB-MS), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ruben Figueiró (PSDB-MS) e Benedito de Lira (PP-AL), presidente da CRA, também afirmaram que a medida visa unicamente aumentar a arrecadação do governo. Os senadores que participaram da audiência pública concordam que o PLC 57/2013 põe um ponto final no problema.

Anibal Diniz vai à COP-19, na Polônia, representar o Senado

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Blairo Maggi (PR-MT), indicou ontem Anibal Diniz (PT-AC) para participar da 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), que ocorrerá de 11 a 22 de novembro, em Varsóvia, Polônia.

A COP-19 é uma nova rodada de negociações para o acordo climático internacional que sucederá o Protocolo de Kyoto, cuja vigência encerrou-se oficialmente em 2012. O evento de novembro reunirá delegações de quase 200 países com o objetivo de preparar caminho para o tratado internacional a ser assinado em Paris, em 2015, para vigorar a partir de 2020.

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) também deverá indicar representante para a COP-19. Em audiência na terça-feira, na CMMC, o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, principal negociador brasileiro no evento da ONU, afirmou que o Brasil vai cobrar, principalmente dos países mais desenvolvidos, compromissos efetivos de redução das emissões de gases do efeito estufa. O país também vai propor no evento, segundo Carvalho, a realização de uma ampla consulta pública sobre o tema em cada país.

Gurgacz pede PAC para melhorar e manter estradas vicinais rurais

A criação, pelo governo federal, de um programa de Estado para as estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais no interior dos municípios, foi defendida por Acir Gurgacz (PDT-RO).

“Além de viabilizar o aumento da produção, um PAC como esse contribuiria também para fixar os agricultores no campo, evitando o êxodo rural”, argumentou o senador, lamentando que não exista uma política pública nacional voltada para a melhoria dessas estradas. “As estradas têm que estar sempre boas até a porteira para que o produtor faça seu produto chegar até as feiras”, disse.



Acir Gurgacz (PDT-RO)

Situação da Petrobras é preocupante, alerta Aloysio Nunes Ferreira

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) falou ontem sobre o balanço do terceiro trimestre de 2013 da Petrobras, mostrando que o lucro líquido da empresa caiu, dos R\$ 6,2 bilhões do segundo trimestre, para R\$ 3,4 bilhões. Já a produção sofreu queda de 1% entre janeiro e setembro de 2013, em relação a igual período de 2012.

Segundo Aloysio, o controle do preço de combustíveis pelo governo é apenas um dos problemas e “possivelmente não é o mais grave”, assim como a demora da Petrobras em contratar navios para transporte de plataformas.



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

Alvaro critica apoio brasileiro ao governo venezuelano

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem a relação do governo do Brasil com “o regime chavista” da Venezuela. O senador disse que o país já demonstrou não ser bom pagador, lembrando que, na gestão do presidente Hugo Chávez, a Venezuela se tornou sócia da Usina Abreu e Lima, em Pernambuco, e nunca repassou um centavo para a obra. Mesmo assim, apontou, o Brasil seguiu financiando obras na Venezuela e deverá, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, socorrer o país.

— Essa generosidade correrá por conta do contribuinte brasileiro, que paga altos impostos para uma máquina engordada pelo apetite fisiológico dos que a governam — alertou.

Parlamentares cobram da Funai solução para conflitos de terra

Waldemir Moka (PMDB-MS), Ruben Figueiró (PSDB-MS) e Blairo Maggi (PR-MT) cobraram da Fundação Nacional do Índio (Funai) urgência nas medidas para solucionar conflitos entre agricultores e índios pela posse da terra. Os senadores debateram o tema com a presidente do órgão, Maria Augusta Bolitreau Assirati, em audiência ontem, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os parlamentares cobraram o cumprimento de compromissos que teriam sido assumidos pelo governo federal, como o pagamento de indenizações a produtores que tiveram áreas desapropriadas para a formação de reserva indígena.

Moka relatou que os produtores esperam receber não apenas pelas benfeitorias existentes nas fazendas, mas também sobre o valor da terra nua, conforme teria sido acordado durante visita do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ao Mato Grosso do Sul.

— Há um compromisso firmado de que essas terras, desde que comprovada a titularidade, seriam indenizadas

pelo valor da terra nua e das benfeitorias. Mas essa discussão caiu no vazio — disse o senador.

Maria Augusta disse não conhecer a posição final sobre o caso, por não ser a Funai o órgão responsável pelo pagamento de indenizações. No entanto, ela observou que a União já paga por benfeitorias, mas reconheceu que isso não tem sido suficiente para evitar conflitos e se disse favorável à compensação financeira para cobrir danos gerados pela desapropriação.

— Pelo que está na Constituição, esses títulos são nulos, mas temos que lidar com a realidade dessa impossibilidade de levar a cabo a demarcação das terras indígenas para essas pessoas que minimamente têm um título na mão — disse a presidente da Funai.

Na condução do debate, o presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), anunciou para o próximo dia 21 a realização de audiência pública com o ministro da Justiça e disse esperar que José Eduardo Cardozo esclareça questionamentos dos senadores que ainda ficaram sem resposta.



Maria Augusta diz que indenizações não têm sido capazes de evitar conflitos